

Subjetividade sob uma perspectiva histórico-cultural

Wilton de Oliveira

ITECH – Instituto de Terapia e Estudo do Comportamento Humano

O presente texto foi elaborado como interlocução com o Prof. Dr. Fernando Gonzalez Rey. Estabelece reflexões sobre aspectos ontológicos e epistemológicos na construção de uma Teoria da Psicologia que busca entender a subjetividade como um fenômeno relacional, contraditório e simbólico e que escolhe como método de entendimento uma perspectiva qualitativa e dialógica.

A importância da definição do objeto de estudo

A Psicologia ao longo de sua história tem buscado definir e estabelecer o seu objeto de estudo. No entanto, a cada reflexão sobre qual seria o objeto a ser estudado uma nova *Psicologia* foi sendo fundada, de modo que ao longo dos anos a Psicologia se encontrava enredada em uma gama bastante ampla e controversa de *Psicologias*. E, para complicar um pouco mais, cada *Psicologia* passou a levantar o estandarte da Psicologia em definitivo, ou seja, cada nova definição de objeto de estudo elaborada almejava dar conta em definitivo do fenômeno psicológico. Contudo, a grande maioria das concepções construídas para explicar o fenômeno psicológico passou ao largo de três aspectos fundamentais que venham compor tal fenômeno, a saber: sua complexidade, singularidade e seu caráter contraditório. Ora, diante disso, poderíamos perguntar: como as concepções que se caracterizavam por serem sistemas teóricos fechados e estáticos, e que acreditavam dar conta de explicar o fenômeno psicológico em toda a sua amplitude, poderiam se dar conta de aspectos (*complexidade, singularidade e contraditoriedade*) que fogem a qualquer sistematização estática e definitiva? Essa pergunta faz nascer outras três: 1- Por que as *Psicologias* que se formaram ao longo do Século-XX sempre buscaram dar respostas definitivas para o fenômeno psicológico?; 2 - Existe alguma relação entre a pergunta anterior com a construção de sistemas teóricos que concebem o psicológico como estático e parcimonioso?; e, por fim, a terceira pergunta: Os três aspectos constitutivos do fenômeno psicológico, citados anteriormente, teriam impedido a ocorrência de um consenso na Psicologia sobre seu objeto de estudo?

Uma concepção ontológica imperou em grande parte das *Psicologias* na definição de seus objetos de estudo, e acredito que ao descrevê-la estaremos próximos das respostas às perguntas explicitadas anteriormente. A tal concepção denominamos: *ontologia substancial*. Substancial porque antevê o mundo composto por substâncias, seja de natureza material, por exemplo, os objetos externos que são observados em sua concretude e objetividade, que podem ser tocados, e ou percebidos de alguma forma por duas ou mais pessoas; seja de natureza imaterial, substância esta que pode ser acessado apenas por aquele que sente ou pensa. Ao primeiro denominou-se conhecimento objetivo, ao segundo conhecimento subjetivo. Ao primeiro coube o conhecimento de objetos externos ao segundo de objetos internos. E, dependendo da concepção, o primeiro era visto como causa ou efeito do segundo. Como vemos, são várias as dicotomias derivadas da ontologia substancial: material/imaterial, interno/externo, objetivo/subjetivo, causa/efeito. E a psicologia ao longo de sua história caiu na teia de tal ontologia, teia essa que grudou em suas bases e impediu avanços mais significativos. Em alguns momentos a Psicologia caiu nos extremos, formulando ortodoxias. Aderiu a uma junção entre externalismo, objetivismo e mecanicismo, derivados do positivismo: por exemplo, a reflexologia, e o Behaviorismo Metodológico, com as suas definições operacionais e suas

defesas do método experimental. Ou a junção entre internalismo, subjetivismo e mecanicismo: por exemplo, alguns modelos cognitivistas, ou o primeiro momento da Psicanálise.

A psicanálise, por sua vez, se tornou a referência universal para qualquer estudioso que viesse a se interessar pelo estudo daquilo que talvez seja a pedra angular da psicologia, o estudo da subjetividade. Os modelos teóricos mais rudimentares, sob a luz de uma ontologia substancial, ou excluíram-na de seu estudo, ou conceberam-na como seu objeto primordial. O fato é que em ambas as posturas, a subjetividade sempre foi concebida como substância, e como substância (mesmo quando considerada de caráter subjetivo e não objetivo) deveria ser encontrada em algum lugar no espaço, e esse lugar não poderia ser outro que não dentro do sujeito. Em outras palavras, a subjetividade sempre foi considerada uma substância interna no sujeito. Além disso, tal substância tinha como característica ser estática. Substancial, interna e estática: eis os aspectos, vistos aqui de modo sintético, que caracterizaram grande parte das definições psicológicas sobre a subjetividade. É claro que esse olhar para a subjetividade foi alimentado por concepções que preponderaram em um momento histórico cultural característico, onde estavam presentes como fontes outras áreas de conhecimento, e outras filosofias e ciências que preponderavam até então. No entanto, mesmo com os desenvolvimentos de tais conhecimentos a psicologia permaneceu alicerçada em concepções já ultrapassadas. Um exemplo canônico pode ser conferido na década de 1920, quando o físico W. K. Heisenberg formulou o princípio da intertensa, no qual afirmava que cada ato de observação de um elétron influencia em sua ação, de modo a trazer sempre dúvidas sobre a validade da observação. Desse modo, Heisenberg concluiu que na ciência nada se pode conhecer com certeza. Como vemos, este conhecimento foi produzido no seio da Física, Ciência que a Psicologia científica adotou como modelo a ser seguido. Porém, mesmo diante desse conhecimento revolucionário a Psicologia continuou adotando os critérios científicos advindos de uma Física já ultrapassada; critérios de ciência onde o pesquisador era ainda visto como um observador neutro, onde encontraria o conhecimento nos dados observados diretamente, sendo esses conhecimento uma descrição imparcial dos dados observados. Ou seja, o observador deveria espelhar a realidade nos conhecimentos que produzia.

O estudo da subjetividade na Psicologia segue o mesmo padrão. Os aspectos subjetivos deveriam ganhar concretude. Deveriam, desse modo, ser medidos, e para tal nasceu à psicologia quantitativa, tendo como exemplo fundamental os testes psicológicos no seu anseio de conhecer objetivamente: a inteligência, a personalidade etc. Notemos que adotamos um substantivo para denominar o objeto a ser conhecido, uma coisa, no caso, que se encontra dentro do indivíduo, e esta coisa pode ser a inteligência e a personalidade, como mencionamos anteriormente. Esses objetos também poderão ser conhecidos através da observação direta de suas manifestações, ou seja, através dos comportamentos emitidos pelo sujeito e posteriormente descritos pelo observador. E são através desses comportamentos que a personalidade poderá ser encontrada, ou melhor dizendo, descoberta, na medida em que está situada em um lugar dentro da pessoa.

Como vemos, ao passo que refletimos sobre as bases ontológicas e epistemológicas que sustentaram as psicologias no estudo da subjetividade parece que encontramos um caminho, portanto, que vai sempre resvalar em dicotomias: ou externo, ou interno; ou causa, ou efeito; ou determinado, ou indeterminado. E, por sinal, é uma reflexão sobre as bases ontológicas e epistemológicas da Psicologia que poderá possibilitar o surgimento de propostas mais amplas, aprofundadas e atuais, no sentido de proporcionar um maior diálogo com os conhecimentos científicos e filosóficos contemporâneos que superem as limitações dos conhecimentos psicológicos elaborados nas bases anteriores.

Veremos, por conseguinte, uma proposta que visa superação para o entendimento da subjetividade. Sendo assim, um outro marco ontológico e epistemológico será apresentado, derivando deste uma nova definição de objeto de estudo para a psicologia, no caso a subjetividade, deverá surgir, e na esteira deste uma metodologia adequada para conhecer tal objeto.

A Subjetividade como objeto de estudo da Psicologia

O problema da definição de um objeto de estudo é basilar para a elaboração de uma ciência. De modo que se adotamos como objeto particular de estudo da psicologia a subjetividade devemos compreendê-la em suas peculiaridades essenciais e, assim, construir uma definição coerente e consistente para explicá-la. Perguntas como qual a natureza do objeto, e quais aspectos envolvem essa natureza deverão ser respondidas, ou seja, deverão ser respondidos quais os fundamentos ontológicos envolvidos na definição. E é apenas e tão somente após elaboração da definição e da ontologia que a envolve, é que podemos dar início ao programa de estudo que poderá dar conta de conhecer tal objeto. No programa de estudo deverá constar a metodologia que seja adequada e eficiente para efetivar o processo de conhecimento. No momento de elaboração da metodologia é que podemos definir e se comprometer com uma epistemologia específica. Em outras palavras, a epistemologia se segue a uma ontologia.

A primeira pergunta que nos desafia, portanto, e nos impele é: o que é a subjetividade? De modo algum temos a pretensão de emitir uma resposta definitiva no presente escrito, já que a busca de uma resposta satisfatória vem sendo objeto de debate em toda a história da filosofia e da psicologia, sem que pudéssemos chegar a um consenso até o momento, se é que é possível este intento tratando-se do fenômeno subjetivo. Merleau-Ponty (1991) em seu livro *Os Signos* tece considerações, sobre a subjetividade, bastante esclarecedoras, principalmente sobre o que foi elaborado pelos estudiosos da subjetividade até o momento:

“A subjetividade não estava esperando os filósofos como a América desconhecida estava esperando nas brumas do oceano os seus exploradores. Eles a construíram, a fizeram e de mais de uma maneira. E o que fizeram talvez deva ser desfeito.” (P.168)

Mas o que faz da subjetividade um objeto de estudo tão diferenciado a tal ponto que possa ter induzido os filósofos a construções, e não a descobertas, tão plurais, e muitas vezes discordantes, de tal modo, que Merleau-Ponty vem defender que talvez tais construções devam ser desfeitas? Um pouco a diante, no mesmo texto, ele parece nos dar uma pista:

“A discordância das filosofias é decorrente de a subjetividade não ser coisa nem substância, mas a extremidade tanto do particular quanto do universal, decorrente do fato de ela ser Proteu.” (P.168)

O fato de a subjetividade não ser coisa nem substância a coloca numa esfera de fenômenos que estão distantes de uma ontologia substancial, a qual tecemos algumas reflexões anteriormente, e, desse modo, torna a epistemologia quantitativa, própria para o entendimento de fenômenos vinculados a ontologia substancial, obsoleta para o estudo da subjetividade. E talvez essa seja uma das respostas para a afirmação de Merleau-Ponty de que se deve desfazer aquilo que já foi construído sobre o entendimento da subjetividade. Além disso, à afirmação de que a subjetividade é Proteu, devemos considerar que Proteu foi um Deus que tinha como característica o poder de se metamorfosear, ou seja, o poder de se transformar em várias coisas. A subjetividade teria, por conseguinte, esse poder? Talvez possamos entender melhor esse aspecto quando formos discutir mais adiante a concepção da subjetividade como um processo passível de ser construído, e, assim, como resultado momentâneo, pode apresentar infinitas formas. De qualquer forma, podemos afirmar até o momento que estamos tratando de um fenômeno bastante complexo.

A subjetividade se constitui como um fenômeno complexo que se estabelece em uma ontologia própria, Gonzalez Rey (2002) escreveu:

“A subjetividade é um sistema complexo de significações e sentidos subjetivos produzidos na vida cultural humana, e ela se define ontologicamente como diferente dos elementos sociais, biológicos,

ecológicos e de qualquer outro tipo, relacionados entre si no complexo processo de seu desenvolvimento.”
(Pp. 36-37)

Nas diversas formas de busca de entendimento da subjetividade entenderam-na de distintas formas. Sob a tutela de substratos neurofisiológicos definidos pelas Ciências do Cérebro, ou como um produto social definida pelas Ciências Sociais, a subjetividade sempre foi vista como uma extensão de uma ontologia anterior, nos exemplos citados, ou como um reflexo direto do biológico ou do social. A afirmação de Gonzáles Rey vem afirmar justamente que a subjetividade não é constituída por outras naturezas que não a encontrada especificamente naquilo que propriamente a constitui, ou seja, a subjetividade tem uma ontologia própria. E, provavelmente, esse aspecto sempre foi um impedimento e um objeto de frustração para as disciplinas que buscaram compreender a subjetividade sob a luz de um paradigma, por exemplo, positivista que a concebe equivocadamente como ontologicamente análoga aos objetos de estudo das ciências naturais.

Segundo Gonzalez Rey, entrelaçam-se dois momentos essenciais na constituição da subjetividade. Momentos que constantemente se sobrepõe, se integram de forma simultânea e são definidos como subjetividade individual e subjetividade social. Não devemos dicotomizar tais subjetividades e conceber uma como anterior à outra, mas, sim, entendê-las como fazendo parte de um processo único e contínuo, de modo que podemos afirmar que *“o individual é um elemento constituinte da subjetividade social e, simultaneamente, se constitui nela.”* (p.37)

Faz-se importante salientar a dimensão individual da subjetividade. Historicamente ela tem sido excluída em detrimento da dimensão social, e nessa exclusão tem sido vista como determinada exclusivamente e linearmente por variáveis externas, ou seja, por variáveis sociais e nada mais. Desse modo, as expressões características de cada indivíduo têm passado ao largo das tentativas de compreensão da subjetividade. No entanto, como afirma Gonzáles Rey negar o indivíduo como singularidade subjetivamente constituída é ignorar a complexidade da subjetividade, que por sua vez se constitui em uma multiplicidade de níveis, que podem ser contraditórios entre si, mas cujo funcionamento dependem os diferentes momentos do desenvolvimento subjetivo. E, como veremos mais adiante, um aspecto essencial que deverá ser foco constante e essencial do estudo da subjetividade é a sua singularidade. Veremos que quanto mais o pesquisador se aprofunda no conhecimento de seu objeto de estudo, mais complexo e singular esse objeto tenderá a ficar. De modo que o pesquisador, ao se aproximar cada vez mais da subjetividade do sujeito tenderá a entrar em contato com um fenômeno cada vez mais complexo e único. Em outras palavras, a singularidade é um aspecto fundamental que vem caracterizar a subjetividade.

A constituição da subjetividade e, de modo simultâneo, de sua individualidade se desenvolve a partir de uma história. A dimensão histórica da subjetividade é essencial para se escapar ao equívoco de se converter à subjetividade em produto imediato de aspectos externos:

“A única forma de superar a tentação objetivista de explicar a subjetividade por sua relação biunívoca com os elementos presentes da vida social do sujeito é reconhecer seu caráter histórico, o que significa considerar os processos geradores do sentido dentro do sistema subjetivo, e não como produto imediato de influência. Não são os objetos, mas os sistemas de relações subjetivadas em que eles aparecem na ação humana, os responsáveis por seu sentido, para o desenvolvimento subjetivo.” (Gonzalez Rey, 2002, P. 44)

A dimensão histórica se encontra não apenas na subjetividade individual, isolada em um mundo objetivo e de constituição física, mas se estabelece na síntese entre processos que se entrelaçam com outra subjetividade, agora de caráter social. No entanto, a subjetividade social e a subjetividade individual não são processos separados que podem ser restritos a variáveis mecânicas de causa e efeito, mas devem

ser vistos como momentos distintos de um mesmo processo. Gonzalez Rey (2002), citando Guatari, escreveu:

“A subjetividade circula em conjuntos sociais de diferentes dimensões: é essencialmente social, e adotada e vivida por indivíduos em suas existências particulares. O modo pelo qual os indivíduos vivem essa subjetividade oscila entre os extremos: uma relação de alienação e opressão, em que o indivíduo se submete a subjetividade tal qual a recebe, ou uma relação de expressão e de criação em que o indivíduo se reapodera dos componentes da subjetividade, produzindo um processo que eu chamaria singularização.” (P. 45).

Como vemos, diversas dicotomias vão sendo desconstruídas para que possamos entender a subjetividade em sua peculiar constituição. Sendo a subjetividade um contínuo entre o social e o individual, vinculados por dimensões subjetivas complementares, quebra-se a dicotomia social/individual, que historicamente deu origem a concepções que ora proclamava a soberania do social sobre o individual (ou como estímulos que causam ações, ou como informações que invadem o indivíduo produzindo a subjetividade), ora como a soberania do individual sobre o social (como sendo detentor de uma mente ontologizada, que promovia uma liberdade plena, exercendo completa soberania sobre o social). Assim, a subjetividade vem fundar uma ontologia própria, uma ontologia des-substancializada, fixada no social e, desse modo, relacional e dialógica.

O conhecimento da subjetividade, concebida ontologicamente como relacional e dialógica, distintamente do conhecimento estabelecido pelas ciências naturais, não busca fazer correlações entre eventos, com o objetivo de generalizações que possibilite a universalidade do conhecimento. Conceber a subjetividade como um sistema processual, plurideterminado, contraditório, em constante desenvolvimento e sensível a qualidade de seus momentos atuais, impede qualquer possibilidade de se conhecer de modo objetivo tal fenômeno. Como objetivar um processo? Como estabelecer conexões causais em um sistema plurideterminado? Como encontrar regularidades e derivar leis universais daquilo que é contraditório? Como quantificar aquilo que é sensível à qualidade? Uma epistemologia quantitativa permanece impotente diante de tal fenômeno; eis, portanto, a necessidade de se construir uma epistemologia desvinculada do quantitativo, uma epistemologia anterior, que de conta do conhecimento de um objeto ontológico tão diferenciado como a subjetividade. Essa epistemologia denomina-se qualitativa.

A epistemologia qualitativa

A primeira questão que nos vem a mente quando nos debruçamos para entender a epistemologia qualitativa é: o que vem a ser qualidade? Gonzáles Rey (2002) para responder tal pergunta, citou Tamara Dembo:

“Gostaria de argumentar que as qualidades têm a ver com grande diversidade de entidades psicológicas e ocorrências, possivelmente a mais valiosa contribuição (dessa definição qualitativa) é ter descoberto uma área de determinantes ocultos de entidades e ocorrências, aos quais, de outra forma, parece, teríamos dificuldade de ter acesso.” (P. 47)

Como vemos, o qualitativo tem a ver com características do fenômeno a ser estudo. Fenômeno este que não pode ser captado nas evidências. Devido a sua extrema complexidade, não pode ser acessado diretamente pelo pesquisador, de modo que diversas ocorrências permanecerão impreterivelmente ocultas. Devemos ratificar aqui, que o caráter oculto do qualitativo não se refere de modo algum a um retorno a concepção de que a subjetividade, como substância estática, encontra-se no interior do sujeito estudado, e por encontrar-se no interior, permaneceria sempre oculta a visão do observador. O oculto, em uma epistemologia qualitativa, refere-se a complexidade do objeto a ser estudado. Complexidade esta, que vai

exigir do pesquisador uma atitude completamente distinta de um pesquisador inserido em uma epistemologia quantitativa.

A pesquisa quantitativa tem como objetivo a descrição de dados que são evidentes ao observador. Tal descrição deve corresponder ponto-a-ponto ao fenômeno observado, ou seja, quanto mais evidente for tal correspondência, maior será a fidedignidade da pesquisa efetuada. A descrição dos fenômenos deverá tornar evidente a uniformidade de determinados eventos, de modo a possibilitar um aumento da previsibilidade das repetições de tais eventos no futuro. A predição, desse modo, torna-se possível, por exemplo: Se A é frequentemente seguido de B, então podemos predizer que diante da ocorrência de A no futuro, então aumentará a probabilidade de ocorrência de B. Sendo assim, tais predições possibilitariam controle, por exemplo, Se evitarmos a ocorrência de A, então, diminui-se a probabilidade da ocorrência de B. O pesquisador, a partir desse critério, provaria empiricamente, através do controle, que sua assertiva contida na predição está correta. Descrição, predição e controle são os objetivos essenciais da pesquisa quantitativa.

A complexidade de uma epistemologia qualitativa da subjetividade impede que se possa alcançar um entendimento satisfatório através de uma metodologia quantitativa, por exemplo, através do uso de instrumentos padronizados ou de descrições de relações entre eventos que possibilitem predição e controle. O objetivo da epistemologia qualitativa está na elucidação dos complexos processos que constituem a subjetividade, processos que jamais serem elucidados através de respostas quantitativas. De acordo com González Rey:

“A diversidade da natureza qualitativa dos processos subjetivos e a enorme complexidade dos processos implicados em sua constituição impedem, em termos epistemológicos, sua construção por meio de respostas simples do sujeito por meio de instrumentos padronizados. O estudo da subjetividade exige entrar nas formas mais complexas de expressão do sujeito e avançar na construção do conhecimento por vias indiretas e/ou implícitas em nosso objeto de estudo. Os problemas relativos ao estudo da subjetividade só serão conhecidos por meio de complexas construções teóricas que permitam seguir as evidências complexas e indiretas do estudo das expressões diferenciadas, contraditórias e em constante desenvolvimento do sujeito.” (P. 40)

A pesquisa qualitativa está estreitamente vinculada ao teórico e ao epistemológico, e não vinculada de forma direta ao metodológico como nas pesquisas quantitativas. Estamos afirmando, desse modo, que o pesquisador qualitativo não deverá se engajar a uma metodologia específica que possa vir a amarrá-lo na relação com o sujeito a ser estudado, pois, desse modo, poderá incorrer na perda das evidências complexas e indiretas, e das expressões diferenciadas e contraditórias existentes no fenômeno subjetivo. Para conhecer tais fenômenos o pesquisador deverá estar vinculado a uma epistemologia que possa aproximá-lo das complexidades existentes nesse objeto de estudo. Tal epistemologia exige que o pesquisador esteja livre para tecer elaborações teóricas e confrontá-las com as evidências surgidas na interação do pesquisador com o sujeito estudado e, assim, possibilitar um aprofundamento nas elaborações teóricas e de modo sucessivo, seguir em uma espiral crescente, de elaborações teóricas e confrontação com evidências, cada vez mais próxima das expressões subjetivas.

Instrumentos padronizados podem ser utilizados, mas sob o referencial de uma epistemologia qualitativa. Em outras palavras, esses instrumentos não serão considerados passíveis de produzir avaliações e estabelecer resultados definitivos, por exemplo, da personalidade do sujeito. A epistemologia qualitativa, que vem conceber o sujeito como um ser que está em constante processo de transformação, acredita ser impossível tecer uma descrição definitiva sobre a personalidade de um dado sujeito, pela própria natureza fluída de seu objeto de estudo. Qual seria, portanto, o significado do resultado da aplicação de um determinado instrumento padronizado? Ora, o resultado jamais seria considerado uma avaliação definitiva do sujeito, mas seria considerado um sinal que indicaria uma expressão do sujeito em um momento específico. Por outro lado, o significado daquele sinal somente poderia ser desvelado na sua

confrontação com outros sinais construídos na história de relação entre o pesquisador e o sujeito da pesquisa, e as teorizações envolvidas nesse processo.

Faz-se importante salientarmos, neste momento, que a pesquisa qualitativa em psicologia não se trata de uma técnica, como se fosse uma contraposição a técnica quantitativa. Na verdade, trata-se de uma opção, ou postura epistemológica, teórica e ideológica, diante das práticas dominantes na psicologia, ou seja, as práticas quantitativas. E, como uma contraposição a uma postura epistemológica e ideológica dominante, torna-se fundamental para o pesquisador que faz pesquisa dessa ordem, salientar constantemente na sua prática a epistemologia seguida; explicitar continuamente o qualitativo.

A comunicação na pesquisa qualitativa

Na epistemologia quantitativa o sujeito da pesquisa é considerado um objeto a ser observado e analisado de modo que não venha a sofrer qualquer forma de influência advinda do pesquisador. O pesquisador deverá ser um observador neutro, e deverá intervir de forma absolutamente planejada. Pesquisador e sujeito pesquisado, nesse modo de fazer pesquisa, são prisioneiros de uma metodologia estritamente planejada a priori. Os delineamentos de pesquisa buscam, desse modo, *estabelecer controle das variáveis* envolvidas no fenômeno estudado, e o pesquisador demonstrará sua competência no manejo de tais delineamentos. Uma pesquisa quantitativa bem sucedida exige que nada saia do controle do pesquisador, assim ele terá os dados claros e limpos para analisar. Como vemos, o pesquisador é senhor que controla as variáveis da pesquisa e o pesquisado é servo do controle das variáveis, quando não uma das variáveis. Talvez possamos fazer uma afirmação ainda mais forte: pesquisador e pesquisado, na pesquisa quantitativa, são escravos dos delineamentos previamente planejados, que por sua vez serão uma armadura que irá delimitar os movimentos de ambos. O fato é que tal pesquisa inviabiliza qualquer entendimento da subjetividade.

A pesquisa qualitativa, por sua vez, é um processo de comunicação entre pesquisador e pesquisado, um diálogo permanente que toma diferentes formas. Essa perspectiva irá conceber seu objeto de estudo como sujeito e não como reservatório de respostas, e exige que o pesquisador venha a interagir ativamente com o sujeito durante longos períodos de tempo. Por outro lado, nessa situação interativa, o pesquisar é considerado um elemento de sentido que afeta de múltiplas formas o envolvimento do sujeito estudado com a pesquisa, de modo que o pesquisador deve constantemente refletir sobre o sentido que suas expressões estão podendo exercer na relação com o sujeito. Como o sujeito não é considerado um reservatório de respostas pré-estabelecidas, e suas expressões na relação com o pesquisador não são lineares, consideraremos tais expressões como construções que irão ganhando sentido ao longo da pesquisa. O pesquisador irá constantemente buscar indicadores relevantes e estabelecer contato com os sistemas de relações do sujeito presentes ao longo da pesquisa. Em outras palavras, as respostas do sujeito não ocorrerão em um momento específico da pesquisa, mas vão sendo construídas e ganhando sentido ao longo da pesquisa.

Devemos salientar, ainda, que o uso do diálogo é um processo que favorece a formulação de perguntas, de respostas, e principalmente do desenvolvimento do bem-estar emocional dos sujeitos que participam da pesquisa – incluindo aí o pesquisador; o bem-estar emocional dos participantes da pesquisa é considerado fonte essencial para o pensamento: elemento imprescindível para a qualidade da informação produzida na pesquisa. González Rey (2002), escreveu:

“Toda pesquisa qualitativa deve implicar o desenvolvimento de um diálogo progressivo e organicamente constituído, como uma das fontes principais de produção de informação. No diálogo se criam climas de segurança, tensão intelectual, interesse e confiança, que favorecem níveis de conceituação da experiência que raramente aparecem de forma espontânea na vida cotidiana. Para chegar a esses níveis

de produção de informação, necessita-se de maturidade e interesse nos sujeitos estudados, os quais só surgem como resultado da maturidade dos processos de comunicação gerados de forma diversa no desenvolvimento da pesquisa.” (P.55)

De modo profundamente diverso do esquema estímulo-resposta, a pesquisa qualitativa se estabelece como um processo construtivo-interativo, onde pesquisador e pesquisado buscam se engajar em um processo de produção de conhecimento onde ambos são participantes ativos.

O pesquisador, por sua vez, exerce um papel que vai além do papel historicamente vinculado ao psicólogo social, ou seja, o de sujeito participante. Na proposta que estamos apresentando aqui, o pesquisador, além de sujeito participante, é considerado sujeito intelectual-ativo. Ele não é apenas um participante da pesquisa, mas é de modo fundamental um teorizador, um construtor de conhecimento sobre cada momento estabelecido na relação com o sujeito; participa da pesquisa e produz reflexões na medida em que surgem elementos no cenário da pesquisa. Além disso, o pesquisador é ativo na construção do vínculo com o sujeito, ativo na construção de um clima de confiança mútua e de valorização do pesquisado como um sujeito determinante da pesquisa e de sua própria história. Ademais, deverá ser construído na relação pesquisador-sujeito o sentido que a pesquisa venha a ter para ambos:

“Esse tipo de pesquisa, que se apóia na participação e no compromisso crescente de quem participa nela, há de ter um sentido para os participantes, sem o qual é pouco provável que se produza o tipo de informação de que necessitamos.” (González Rey, 2002, P.59)

Salientamos, anteriormente, o papel do pesquisador como um sujeito intelectual- ativo, pois elabora teorizações que irão sempre permear as relações com o sujeito pesquisado. O adjetivo intelectual-ativo é particularmente importante por estabelecer o papel do teórico na pesquisa da subjetividade. Segundo González Rey:

“Os fenômenos complexos, entre eles a subjetividade, só aparecem como objetos de estudo da ciência graças ao desenvolvimento teórico”. (P.61)

Uma pergunta se faz necessária no momento: O empírico deixa de existir na pesquisa qualitativa? Se entendermos o empírico como uma realidade objetiva desvinculada do sujeito cognoscente, a resposta é: sim, deixa de existir. Mas se entendermos o empírico de um modo distinto, e salientarmos o seu estreito vínculo com o teórico, a resposta é: não, o empírico faz parte do processo de conhecimento na pesquisa qualitativa. No entanto algumas considerações se fazem necessárias.

Na pesquisa quantitativa a realidade captada pelo pesquisador é considerada um dado. Dado este passível de ser observado e descrito pelo pesquisador. Pesa aí, a relação de correspondência entre a descrição do observador e a realidade descrita. O dado pode ser captado por observação direta, ou pela utilização de instrumentos padronizados, que através de um referencial quantitativo teria o poder de captar a realidade estudada: personalidade, inteligência, comportamentos específicos como assertividade etc. Portanto, diante do fenômeno denominado dado, considerado uma realidade ontologizada e substancializada, o papel do pesquisador, sujeito cognoscente dicotomizado de tal realidade, é espelhar o dado em sua descrição.

Em uma epistemologia qualitativa o dado como um aspecto da realidade desvinculado do agente conhecedor não faz sentido; o agente conhecedor, nessa forma de entendimento, carrega em seu olhar e em suas descrições, por mais que busque uma distância asséptica, o viés de sua subjetividade. Por sinal, essa foi a descoberta de Heisenberg, o observador sempre vai interferir no objeto estudado, portanto, a concepção de dado puro é uma falácia.

González Rey (1997) introduziu um conceito, bastante esclarecedor para a pesquisa qualitativa denominado indicador. O conceito de indicador vem superar em grande parte a estreiteza da concepção de

dados. O indicador vem designar aspectos provenientes do objeto de estudo que não estabelece uma relação direta com a experiência. No contexto da pesquisa qualitativa, um indicador se torna possível graças à síntese entre o empírico, o teórico e o observado. Essa síntese irá se apresentar em um momento hipotético do processo de produção de informação, traduz, dessa forma um momento de reflexão e construção de conhecimento do pesquisador. Dessa forma, o conceito de indicador vem acentuar o fundamento essencial da pesquisa qualitativa exige a revisão e a redefinição das práticas tradicionais do fazer pesquisa, quando não da inauguração de uma nova forma de conceber e do fazer pesquisa. Qual o lugar, por exemplo, de práticas como a definição de um problema de pesquisa e do estabelecimento de resultados? A definição de um problema na pesquisa quantitativa deve respeitar um padrão rígido: o problema é elaborado antes do início da pesquisa, e irá direcionar todos os passos a serem rigorosamente seguidos até o fim do processo, de modo a permanecer durante todo o tempo como uma entidade estática e fixa. Por outro lado, a pesquisa qualitativa concebe o problema de pesquisa como um momento de reflexão do pesquisador. Momento este que terá como ênfase, o que se deseja pesquisar. Tal desejo pode ser expresso em forma de pergunta, que no entanto não precisará ser respondida ao final da pesquisa, mas que poderá ir se tornando cada vez mais ampla e complexa. Do mesmo modo, os resultados também não serão concebidos como entidade estática que se apresenta apenas ao final da pesquisa. Mas, como momentos parciais da pesquisa, que se integram constantemente com novas perguntas e abrem novos caminhos para a produção de conhecimento. A pesquisa qualitativa: desvelar o oculto.

REFERÊNCIAS

- González Rey, Fernando. (2002) Pesquisa Qualitativa em Psicologia: Caminhos e desafios. Thomson: São Paulo.
- González Rey, Fernando. (2003) Sujeito e subjetividade. Cengage Learning: São Paulo.
- Mueller, Fernand-Lucien. (1997) Historia de la Psicología: De la antigüedad a nuestros días. Fondo de Cultura Económica: México.
- Merleau-Ponty, Maurice. (1991) Signos. Martins Fontes: São Paulo.
- Stegmüller, Wolfgang. (1997) A Filosofia contemporânea. Editora Pedagógica e Universitária LTDA: São Paulo.
- Vigotski, L. S. (2000) A Construção do Pensamento e da Linguagem. Martins Fontes: São Paulo.